ATAS

Federação Portuguesa de Tiro com Arco
Auditório das Piscinas do Jamor, Praça da Maratona, 1495-751 Cruz Quebrada, Oeiras - Portugal
NIF: 501429832

ATA 1/2024

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARCO

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de 2024, realizou-se em segunda convocatória, no auditório das Piscinas do Jamor, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Tiro com Arco, de caráter ordinário, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento 2024
2. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas 2023
3. Apreciação e aprovação da alteração dos Estatutos nos termos requeridos pelo IPDJ

Por ausência de quórum à hora designada deram-se início aos trabalhos em segunda convocação no mesmo local, no mesmo dia, às 15:30 com a mesma ordem de trabalhos.

Estiveram presentes 11 delegados cuja folha de presenças se anexa (Anexo 1).

Por ausência do presidente da Mesa da Assembleia Geral, de acordo com os estatutos, foi necessário eleger o delegado Carlos Hermínio em sua substituição.

Foi colocada à votação da assembleia a aceitação da presença de pessoas externas e da atual direção, ambas foram aprovadas por unanimidade.

Após estas formalidades deu-se início à ordem de trabalhos.

Foi colocada à deliberação da assembleia o ponto 1 da ordem dos trabalhos, e foram pedidos esclarecimentos pelos delegados Vítor Hugo, João Ribeiro, e Gil Rodrigues.

A direção prestou esclarecimentos em relação aos equipamentos e abono de transporte dos árbitros em resposta ao delegado Vítor Hugo. O delegado João Ribeiro alertou para a ordem dos trabalhos, nos pontos 1 e 2, estar invertida e inquiriu sobre possíveis datas das eleições, as quais foram confirmadas nos estatutos. O delegado Gil Rodrigues felicitou os autores do plano de atividades e inquiriu sobre os modelos das provas e sobre a participação no programa de Desporto Escolar. Ambas as questões foram esclarecidas por membros da direção e outros delegados.

ATAS

Sem mais pedidos de esclarecimento, passou-se à votação do Plano de Atividades e Orçamento 2024. O Plano foi aprovado por maioria de 9 votos a favor, 2 abstenções e nenhum voto contra.

Foi colocada à deliberação da assembleia o ponto 2 da ordem de trabalhos.

O delegado Gil Rodrigues levantou a questão de o relatório não ter sido enviado com a devida antecedência e a direção explicou que, devido aos prazos do IPDJ, não foi possível elaborar o relatório anteriormente. Foi decidido rever o relatório durante a assembleia e foram prestados esclarecimentos aos delegados Carlos Hermínio, Carlos Resende, João Ribeiro, Luís Cruz, e Nuno Félix por parte dos elementos da direção e pelo Técnico Oficial de Contas, António Bernardo.

O delegado Carlos Hermínio alertou para a percentagem cobrada pela federação sobre organizações de provas é excessiva tendo em conta os encargos suportados pela federação e deixa pouco valor para as associações após todos os custos. Carlos Resende sugeriu investigar alternativas à camioneta de transporte da federação, como o uso de transportadoras ou pedir transporte às autarquias locais, devido aos elevados encargos e estado da camioneta.

O delegado João Ribeiro sugeriu que é necessário rever o apoio aos novos clubes para ter em conta o número de novos arqueiros inscritos e Carlos Hermínio relembrou que para ter novos arqueiros é necessário ter o apoio a novos clubes e também a outras estruturas como árbitros, e participar em eventos de divulgação. Uma possível alteração seria instaurar uma política de não cobrar os custos de provas e licenças aos jovens até aos 14 anos, nomeadamente os atletas dos escalões flechas, robins e juvenis.

O Técnico Oficial de Contas, António Bernardo, explicou o relatório de contas e foi focado nas dívidas à Federação, muitas delas de Clubes, que ascendem a 20 mil euros. Devido a este valor representar uma grande percentagem do orçamento da Federação e foi pedido para rever o balancete analítico pelos delegados Carlos Hermínio e João Ribeiro, entre outros. Carlos Hermínio levantou ainda a questão da participação dos atletas dos clubes em dívida em eventos da federação. O delegado Nuno Félix inquiriu sobre o significado de outros ativos correntes e quais as tentativas de cobrar este valor em dívida.

Após o período de esclarecimentos, passou-se à votação do Relatório de Atividades e Contas 2023. O Relatório foi aprovado por maioria de 10 votos a favor, e 1 abstenção e nenhum voto contra.

Foi exposto à assembleia que o ponto 3 da ordem de trabalhos não poderia ser discutido devido a pedidos de alteração dos estatutos por parte do IPDJ. As alterações pedidas estão a ser revistas por um jurista e terá de ser marcada uma nova reunião extraordinária para votação das alterações. Foi sugerida a data de 23 de Março para a próxima assembleia onde a aprovação

ATAS

dos estatutos será incluída na ordem dos trabalhos caso seja possível cumprir os prazos, definidos nos estatutos, para marcação de Assembleia Geral Extraordinária.

Lisboa, Cruz Quebrada, 24 de Fevereiro de 2024

A Mesa da Assembleia Geral:

O Presidente da Mesa da Assembleia

FERNANDO JOSÉ SIMÕES LEAL DOS SANTOS

Assinado de forma digital por FERNANDO JOSÉ SIMÕES LEAL DOS SANTOS
Dados: 2024.03.04 17:40:35 Z

Fernando José Simões Leal dos Santos

O Secretário da Mesa da Assembleia

Assinado por: **Nuno Alexandre de Jesus Lopes**
Num. de Identificação: 11688996
Data: 2024.03.05 12:27:23 +0000

Nu Lopes

CHAVE MÓVEL

O delegado eleito

Carlos Hermínio Eufrazino de Oliveira

Assinado por: Carlos Hermínio Eufrazino de Oliveira
Identificação: BI04320681
Data: 2024-03-20 às 18:23:57
Local: Lisboa
Motivo: Ata da A.G. da FPTA